

## JUSTIFICATIVA

*Senhores(as) Vereadores(as):*

Apresentamos para a apreciação dos nobres pares o incluso Projeto de Resolução, o qual tem por finalidade adequar as normas de composição das Comissões Parlamentares de Inquérito.

A proposta visa expandir o rol de Vereadores que poderão compor as Comissões de Inquérito, garantindo-se maior representatividade parlamentar para o exercício do controle externo realizado pela Edilidade.

De tal modo, as CPIs passarão a ser compostas por 7 Vereadores (ao invés dos atuais 3 membros), os quais serão indicados pelas respectivas lideranças e representantes partidários que manifestarem interesse, realizando-se sorteio na hipótese em que a quantidade de indicados exceder as 7 vagas.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do Projeto de Resolução ora apresentado.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

**PAULO ANDRÉ FANECO**  
Vereador - NOVO



Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).



## PROJETO DE RESOLUÇÃO

(de autoria do Vereador Paulo André Faneco)

### ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 365, DE 30 DE MAIO DE 2017, NO TOCANTE AO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º** O artigo 70 da Resolução nº 365, de 30 de maio de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 70. A Comissão Parlamentar de Inquérito será composta por até 7 (sete) Vereadores desimpedidos para apurar os fatos.*

*§ 1º O Presidente da Câmara nomeará os membros da Comissão após indicação das respectivas lideranças e representantes partidários que manifestarem interesse, realizando-se sorteio na hipótese em que a quantidade de indicados exceder o limite do caput.*

*§ 2º Os Edis que subscreverem o pedido de criação da CPI, caso sorteados, não poderão se desincumbir de compô-la, salvo motivo de impedimento ou suspeição devidamente acatado pela Presidência.*

*§ 3º Os membros da Comissão elegerão o presidente e o relator, cujos nomes serão comunicados imediatamente ao Plenário.*

*§ 4º Consideram-se suspeitos ou impedidos de comporem a CPI os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e os que foram indicados para servir como testemunhas.*

*§ 5º Aplicar-se-á, no que couber, em caso de vacância, o disposto nos artigos 45 e 46 deste Regimento.*

*§ 6º A Comissão que não concluir seus trabalhos dentro do prazo será declarada extinta, salvo se, antes, maioria dos seus membros aprovar prorrogação do seu funcionamento.”*

**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Ficam revogadas as disposições em contrário.



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

**PAULO ANDRÉ FANECO**  
Vereador - NOVO

